

## Capitalismo e Racionalidade Neoliberal: implicações na política educacional e no processo de formação humana

Amanda Aparecida Marcatti\*, Pedro Henrique Chaves Pessanha\*\* e Henrique Dumont Pena\*\*\*

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir a racionalidade neoliberal na atualidade histórica, expondo suas principais consequências sociais e políticas para o campo da educação. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema neoliberalismo e educação nos campos da produção teórica contemporânea do marxismo e da educação. O ponto de partida foi a compreensão de que a racionalidade neoliberal tem se imposto à totalidade da sociedade capitalista como a nova forma de gestão da economia e da política, mas também das relações sociais, ocasionando uma mudança substancial da intencionalidade dos processos educativos. Constatou-se que o resultado desta racionalidade no campo educacional é o cultivo de uma subjetividade individualista que encarna o esforço, a dedicação e a competição generalizada, consigo e com o outro, como projeto de vida. Portanto, percebe-se como urgente o desafio de ressignificar o lugar da educação e da função social da escola, recriando uma educação para a cooperação e para a formação humana omnilateral.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; racionalidade neoliberal; educação.

## Capitalism and Neoliberal Rationality: implications for educational policy and the process of human formation

### Abstract

This article aims to discuss neoliberal rationality in the historical current, explaining its main social and political consequences for the field of education. To this end, a bibliographic research was conducted on the subject of neoliberalism and education in the field of theoretical production of Marxism and education, produced in contemporary times. We start from the understanding that neoliberal rationality has imposed itself on the whole of capitalist society, as the new form of management of the economy, of politics, but also of social relations, causing a substantial change in the intentionality of educational processes. It was found that, the result of this rationality in the educational field is the cultivation of an individualist subjectivity, which embodies the effort, dedication and the widespread competition with yourself and with the other as a life project. Therefore, it is urgent to re-import the place of education and the social function of the school, by recreating an education for cooperation and for omnilateral human formation.

**Keywords:** neoliberalism; neoliberal rationality; education.

\*Doutora e Mestre em Conhecimento e Inclusão Social em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Marx, Trabalho e Educação da UFMG (GEPMTE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6858-4589>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3269515060212413>. E-mail: [amanda.marcatti@ufvjm.edu.br](mailto:amanda.marcatti@ufvjm.edu.br).

\*\*Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Professor do curso de Psicologia da Universidade Ciências da Vida. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8094-7009>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9096264404507675>. E-mail: [pedrohpcessanha@gmail.com](mailto:pedrohpcessanha@gmail.com).

\*\*\* Mestre em Educação e Docência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Membro de Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE) da UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5562-6313>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5878640538642983>. E-mail: [henrique.dumont@ufvjm.edu.br](mailto:henrique.dumont@ufvjm.edu.br).

## **Capitalismo y racionalidad neoliberal: implicaciones para la política educativa y el proceso de formación humana**

### **Resumen**

El objetivo de este artículo es discutir la racionalidad neoliberal en la historia actual, exponiendo sus principales consecuencias sociales y políticas para el campo de la educación. Para ello, se realizó un relevamiento bibliográfico sobre el tema neoliberalismo y educación en el campo de la producción teórica del marxismo y la educación, producida en la época contemporánea. Se partió del entendimiento de que la racionalidad neoliberal se ha impuesto en el conjunto de la sociedad capitalista, como la nueva forma de gestionar la economía, la política, pero también las relaciones sociales, provocando un cambio sustancial en la intencionalidad de los procesos educativos. Se constató que el resultado de esta racionalidad en el campo educativo es el cultivo de una subjetividad individualista, que encarna el esfuerzo, la dedicación y la competencia generalizada consigo mismo y con los demás como proyecto de vida. Por lo tanto, es un desafío urgente resignificar el lugar de la educación y la función social de la escuela, recreando una educación para la cooperación y la formación humana omnilateral.

**Palabras clave:** neoliberalismo; racionalidad neoliberal; educación.

### **INTRODUÇÃO**

O momento histórico atual tem gerado diversas discussões sobre o modelo econômico, político e social vigente e suas consequências. Entretanto, apesar das distintas compreensões e definições acerca da nova ordem global, é consenso que o neoliberalismo se tornou hegemônico no capitalismo contemporâneo. A racionalidade neoliberal se impõe à totalidade da sociedade capitalista como a nova forma de gestão da economia e da política, mas também das relações sociais. No entanto, a consolidação do neoliberalismo tem gerado consequências políticas e sociais distintas em cada território nacional, sendo a América Latina uma das regiões de maior experimentação e aprofundamento do receituário neoliberal. Os processos de privatização, desregulamentação financeira, precarização das condições de trabalho, mercantilização dos bens naturais e dos direitos sociais (como educação, saúde, transporte, seguridade social, dentre outros) demarcam a dinâmica da política neoliberal praticada no Brasil e em toda a região, redefinindo os padrões de acumulação e reprodução do capital através da reprimarização e especialização produtiva das economias latino-americanas. Entretanto, para além da política econômica, o neoliberalismo redefiniu a “*forma da existência humana*” no capitalismo atual, constituindo-se em uma razão-mundo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 382).

O neoliberalismo como a razão do capitalismo contemporâneo pode ser definido como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.198), estendendo a lógica do capital a todas as dimensões da vida. Uma racionalidade que

opera em todos os níveis da vida social: no trabalho, na saúde, na educação, no Estado e, por que não, nas emoções. Ao fazer isto, novas subjetividades são condicionadas a partir da concorrência como norma de conduta das relações sociais e da lógica empresarial como relação entre o Estado, a sociedade e o indivíduo.

Neste percurso, o presente artigo tem como objetivo discutir a racionalidade neoliberal na atualidade histórica, expondo algumas de suas principais consequências sociais e políticas para o campo da educação. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem dialética sobre o tema neoliberalismo e educação no campo de produção teórica do marxismo e da educação, produzida nos últimos 20 anos, com foco na compreensão da atualidade das políticas educacionais brasileiras. Na primeira parte do artigo, é apresentada a complexidade da categoria neoliberalismo, para além da definição comumente conhecida do *laissez-faire*<sup>1</sup>, discorrendo brevemente sobre sua inserção e suas formas de dominação no Brasil. Na segunda parte do artigo, discute-se como a racionalidade neoliberal impõe uma concepção de educação e formação humana alicerçada no princípio universal da concorrência.

A análise da racionalidade neoliberal é centrada no campo da educação, por enxergar na prática educativa um sentido ontológico do processo de humanização. Isso significa que a prática educativa não é função restrita às instituições ou aos especialistas do ensino. Ela é, em si, uma atividade essencial ao processo de formação humana. Portanto, quando se fala em educação, trata-se da forma como a humanidade produz a si mesma, em cada território e em cada tempo histórico.

### **Capitalismo e Racionalidade Neoliberal: um debate em movimento**

Muitas são as teses que buscam explicar a racionalidade neoliberal na atualidade capitalista, não havendo consenso sobre a forma como ela atua, é absorvida e transforma o mundo, sobre quais são suas políticas específicas e seus dispositivos de dominação. Durante o século XX, popularizou-se o entendimento do conceito de neoliberalismo como sinônimo de

---

<sup>1</sup> O termo *laissez-faire*, “deixe fazer”, tradução literal, é uma expressão francesa que significa “não oferecer resistência”, “não se opor”. Ela representa a essência do liberalismo econômico em sua forma mais pura, pois defende a ideia de que o mercado deve operar de maneira livre, sem interferências do Estado, sendo necessárias apenas as regulamentações para proteger os direitos de propriedade. A expressão ganhou força com o livro de John Stuart Mill, **Princípios da Economia Política** (1848). Nesta obra, o expoente do Liberalismo dedicou um capítulo inteiro ao *laissez-faire* como expressão da liberdade econômica do mercado.

Estado mínimo. Essa compreensão sintetizava a concepção do neoliberalismo como uma ideologia e uma política econômica de mercado que toma de fora o sentido de Estado, reduzindo sua capacidade de intervenção na economia e na promoção das políticas e dos direitos sociais e abrindo caminhos para a iniciativa privada e a autorregulação do mercado.

Em oposição a este lugar comum, o presente artigo corrobora o entendimento de que o neoliberalismo não diminui o papel do Estado na economia capitalista e na vida pública, mas lhe confere um papel substancialmente distinto. Na sociedade capitalista, a relação entre o mercado e o Estado é indivisível, uma vez que o mercado moderno não atua sem a função subsidiária do Estado e, para além da economia, o neoliberalismo conforma uma nova subjetividade social. Portanto, ao discutir a origem e a atualidade do neoliberalismo, busca-se ir além da simplificação do neoliberalismo como expressão do “monetarismo do *laissez-faire*” (HARVEY, 2008, p. 40). Compreende-se que o neoliberalismo assume a configuração de uma racionalidade governamental e social.

O liberalismo nasce na Europa do século XVIII como uma corrente filosófica da economia política, que busca superar o controle do mercado pela ação do Estado absolutista em prol da liberdade de atuação política e econômica da nascente burguesia. Contudo, sua consolidação como doutrina econômica, política e social ocorreu de forma orgânica no século XIX. Neste momento histórico, o que estava em jogo era a consolidação da capacidade de liberdade econômica e política da burguesia como classe social dominante, ou seja, a “defesa” da liberdade não se estendia ao conjunto da sociedade, seja para os trabalhadores expostos às condições extenuantes de trabalho durante a Revolução Industrial, seja para os povos escravizados e espoliados fora do continente Europeu nas invasões coloniais.

Assim, o liberalismo clássico solidifica-se ao longo da passagem do século XVIII para o XIX, constituindo-se na ideologia predominante da sociedade ocidental. O seu descrédito ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, juntamente com a crise econômica de 1929, representada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York - à qual a economia mundial estava integrada. O cenário do pós-guerra, a crise econômica e a iminente ameaça socialista, fortalecida pela Revolução Russa de 1917, encerraram o período da hegemonia política liberalista, abrindo caminhos para o nascimento das ideias keynesianas no ocidente.

No período pós-segunda guerra mundial, as políticas keynesianas ganharam força nos países da economia central, assumindo o papel de reconstrução das economias nacionais

e do Estado, por meio da regulação da relação capital/trabalho. A defesa da atuação intervencionista e reguladora do Estado na economia alavancou políticas que aspiravam ao pleno emprego com investimentos públicos em setores básicos da indústria, promovendo o controle da emissão de valores monetários e a introdução de benefícios sociais para a população de baixa renda, a fim de garantir um sustento mínimo aos trabalhadores e o crescimento da economia. A inserção das políticas keynesianas ocorreu de forma mais expressiva na Europa Ocidental e nos EUA, onde ficaram conhecidas como Estado de bem-estar social (*welfare state*).

Todavia, os efeitos da crise global do petróleo em 1973, a onda inflacionária da década de 1980, o declínio do Estado de bem-estar social e o encolhimento da ameaça socialista, simbolizado pela derrubada do muro de Berlim em 1989, podem ser descritos como os eventos que permitiram a reformulação das políticas macroeconômicas no século XX. A ofensiva do pensamento neoliberal, portanto, constituiu-se como uma reação teórico-prática à crise do fordismo, ao refluxo socialista e às dificuldades das receitas keynesianas para suplantar as consequências da crise econômica da década de 1970. Porém, é preciso destacar que a refundação do projeto neoliberal, que ressurgiu ainda de forma germinal no cenário internacional durante a crise de 1929 e ganhou força na Europa com a vitória de Margaret Thatcher no Reino Unido, em 1979, e de Ronald Reagan nos EUA, em 1980, não é uma continuidade dogmática do liberalismo clássico vivido no século XIX, mais sim a reinvenção do neoliberalismo.

O termo neoliberalismo foi idealizado por intelectuais e economistas liberais que se reúnem em 1938 no Congresso Walter Lippman, em Paris, com o objetivo de estabelecer as bases para um projeto político de refundação do liberalismo. Diferentemente dos pensadores liberais clássicos, estes intelectuais, que se articularam a partir de 1947 na Sociedade de Mont-Pèlerin, não acreditavam na naturalidade ontológica do mercado, mas sim na necessidade histórica e política de criar artificialmente um sistema baseado no mercado e na concorrência. Para este fim, o Estado tem uma atuação fundamental. No entanto, as divergências de projetos existentes entre as diversas escolas neoliberais resultaram no entendimento, segundo a Escola de Chicago, de que a importância do Estado estava na criação de um marco institucional que garantisse condições materiais eficientes para a criação dos mercados, enquanto a Escola

ordoliberal, originária da Alemanha do pós-guerra, defendia que era necessário um apoio econômico ativo do Estado para a criação de um “capitalismo popular”, capaz de indicar saídas empresariais ao problema da pobreza (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 118).

Nesse cenário, a crise do petróleo em 1973 e a onda inflacionária da década de 1980 demarcaram a ofensiva neoliberal no mundo. Entretanto, a implantação das medidas neoliberais ocorreu de forma desigual e combinada, como fica exemplificado a partir do movimento de inserção da política neoliberal no continente latino-americano. Em alguns países como o Uruguai, a Argentina e o Chile, já durante o período das ditaduras militares, foram introduzidos ajustes de cunho neoliberal, enquanto em outros países como o Brasil, o México, a Colômbia, a Venezuela e o Paraguai esse processo ocorreu com maior intensidade após a década de 1980.

Ao destacar o processo vivido no Chile durante a ditadura de Pinochet, de 1973 a 1990, constata-se que se tratou da experiência mais radical do neoliberalismo na América Latina. Esta avaliação deve-se à forma como a inserção do neoliberalismo no Chile, durante a ditadura de Pinochet, rompeu abruptamente com os processos sociais, econômicos e políticos vividos nos governos de Eduardo Frei (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973), decompondo completamente os programas econômicos e políticos anteriores e a própria subjetividade social dos cidadãos chilenos. Durante o programa conhecido popularmente como *El Ladrillo*, proposto por um grupo de economistas formados na Faculdade de Economia de Chicago – os “*Chicago Boys*” –, sob a supervisão do economista e estatístico Milton Friedman, foram construídas as bases econômicas, políticas e sociais do “neoliberalismo radical”.

Em síntese, o neoliberalismo radical previa duas etapas: uma primeira, de destruição rápida e absoluta do modelo de substituição de importações por uma matriz econômica primário-exportadora; no segundo momento - após a estabilização econômica e política conquistada pela ação violenta do Estado empresarial-militar, com milhares de mortes, desaparecimentos, prisões e deportações de pessoas contrárias ao governo -, o programa propunha a construção de um Estado de novo tipo, subsidiário ao capital, cuja função era a abertura ativa de mercados para a acumulação privada.

O Estado subsidiário delegou direitos sociais como saúde, educação, moradia e sistema previdenciário ao mercado, assumindo os custos econômicos via subsídios públicos

aos setores privados e os custos sociais por meio de uma assistência pública mínima, com projetos assistencialistas, ações de caridade e filantropia para os setores mais marginalizados (SANTOS, 2019). A ordem neoliberal resistiu ao processo de redemocratização no Chile e seguiu como uma razão governamental independente dos governos eleitos. Porém, nos últimos anos, diversas manifestações populares evidenciaram o desgaste social deste programa, levando à proposição de uma nova Constituinte, que hoje é o palco das principais disputas políticas do país.

No caso brasileiro, a ditadura empresarial-militar (1964-1984) adotou como programa político e econômico o desenvolvimentismo. Os governos empresariais-militares criaram regras que facilitavam a entrada de capital estrangeiro no país e investiam em um programa de desenvolvimento do parque industrial, o que nos primeiros anos da ditadura reaqueceu a economia interna. Do outro lado, os opositores aos governos militares foram duramente perseguidos, torturados, assassinados e exilados, como em todas as ditaduras do Cone Sul. Após 21 anos de ditadura militar, o saldo econômico e político foi o endividamento do setor público e o aumento da desigualdade social.

Portanto, ainda que o processo de inauguração do neoliberalismo no Cone Sul tenha ocorrido de forma diversa em cada território nacional, é possível demarcar como característica comum a relação de subserviência político-econômica dos Estados latino-americanos aos Estados Unidos, assentada centralmente sobre o endividamento público das economias nacionais. De tal modo que, ao longo da década de 1980, mesmo com os processos de redemocratização e o fim das ditaduras militares no Cone Sul, os países latino-americanos fizeram frente ao endividamento público via medidas liberalizantes, como a abertura comercial, a privatização de estatais, a redução dos gastos públicos, a reforma tributária, entre outras. Este movimento foi singularizado na região em 1989, por meio do receituário neoliberal proposto pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, que previa um conjunto de medidas econômicas e sociais a serem aplicadas a partir do que ficou denominado como Consenso de Washington.

No Brasil, a adoção do receituário neoliberal foi associada ao discurso da modernização do país. A privatização das empresas públicas, as reformas econômicas e a mudança estrutural do Estado foram introduzidas durante os governos de Fernando Collor de



Mello e Fernando Henrique Cardoso, nas décadas de 1990 e 2000. Apesar disso, as recomendações do Consenso de Washington não foram introduzidas na América Latina sem resistência popular, pois, no cotidiano da população, esta nova política econômica e social significou maior nível de exploração do trabalho, desemprego, desproteção social, empobrecimento e aprofundamento das desigualdades sociais.

O legado das políticas neoliberais no contexto latino-americano deixou como marca, além da pauperização das condições de vida de grande parte da população, a reação popular contra o avanço da mercantilização da vida. “Centenas de lutas sociais contra o neoliberalismo, por conquistas trabalhistas, por educação, por terra e bens comuns, por acesso a serviços básicos, contra o extrativismo e a exclusão crescente” marcaram o ressurgimento dos movimentos sociais na América Latina (VILLAGRA, 2015, p.13). Os levantes zapatistas no México, a luta pela reforma agrária encampada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil, as lutas por água em Cochabamba, na Bolívia, a crise do *argentino* de 2001 - quando a revolta popular derrubou cinco presidentes em dez dias na Argentina -, as manifestações dos estudantes secundaristas no Chile, as lutas indígenas em todo o continente pelo bem viver, dentre outras resistências populares, são expressões vivas da contestação social ao programa neoliberal (SVMMPA, 2023).

Essa insatisfação popular crescente com o neoliberalismo possibilitou a vitória de muitos governos historicamente ligados às pautas da esquerda latino-americana: Hugo Chávez, na Venezuela (1998); Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (2002); Néstor Kirchner, na Argentina (2003); Tabaré Vázquez, no Uruguai (2004); Evo Morales, na Bolívia (2005); Rafael Correa, no Equador (2006); e Fernando Lugo, no Paraguai (2008). O ciclo de governos progressistas vivido na América Latina entre 1998-2016 buscou como caminho a reforma dentro da ordem capitalista neoliberal. Embora “a onda progressista” tenha ocorrido de forma heterogênea e particular em cada realidade nacional, pode-se constatar que, a despeito da esperança popular, estes governos não conseguiram (e muitos nem se propuseram a tentar) romper com o programa neoliberal. As políticas de combate à pobreza e à marginalização social não enfrentaram as desigualdades estruturais, convertendo-se em políticas reversíveis e dependentes dos preços de exportação das *commodities* (SANTOS, 2019, p. 102).

No Brasil, dados mostram que neste período, embora a população mais pobre tenha vivido melhores condições socioeconômicas, o processo foi profundamente



contraditório, pois o crescimento econômico e as políticas sociais foram subsidiados pela reprimarização da economia, assentada na extração de minerais e na expansão das fronteiras do agronegócio. A política do neoextrativismo atingiu os ecossistemas naturais e as populações indígenas e camponesas, não só do Brasil, mas de toda a América Latina. Enquanto isso, nas periferias das grandes cidades, os processos de inclusão social tiveram como estratégia a inserção da população mais pobre nos circuitos de consumo, por meio do acesso facilitado ao crédito, promovendo um “neoliberalismo inclusivo” ao mercado (SANTOS, 2019, p. 102).

De outro modo, é pertinente caracterizar os governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) como neoliberal-conservadores, pois implementaram, de forma autoritária, ações de autodestruição das instituições do Estado, como mecanismo de reconstrução de sua função pública, econômica e social, além de três mecanismos fundamentais da racionalização neoliberal: a privatização (venda das empresas públicas); a publicização (privatização via processo de terceirização); e a desregulamentação (reformas político-econômicas que garantem a retirada de políticas sociais, trabalhistas e ambientais). Além disso, esses governos incentivaram uma disputa ideológica na sociedade brasileira como parte do processo de conformação da subjetividade social, engajada em uma competição generalizada na constante luta de todos contra todos. Neste quadro neoliberal, as políticas sociais viraram formas de assistir os mais pobres como um ato de filantropia do Estado e das organizações sociais, reduzindo ao máximo os investimentos públicos (como no caso da EC 95/2016) e repassando aos indivíduos, por meio da ideologia do voluntariado, a responsabilidade pela promoção das políticas sociais.

Durante a pandemia de COVID-19, a absolutização da racionalidade neoliberal tornou-se evidente, como observado pelo filósofo Jean-Luc Nancy (2021) ao se referir ao fenômeno como “neoviralismo”. Segundo Nancy (2021), essa abordagem sugere que, assim como em outros âmbitos da vida social, não deve haver intervenção estatal no curso natural do vírus, assim como da economia. Esse pensamento reflete um ressentimento anticientífico e uma fraca solidariedade às demandas sociais para salvar vidas, a menos que haja retornos econômicos. Neste contexto, a vida e a morte de indivíduos, incluindo seus familiares e amigos, são reduzidas a meros números em cálculos mercantis insensíveis. De acordo com a contabilidade higienista, se os idosos são improdutivos para a acumulação do capital, podem

ser os primeiros a serem subtraídos da conta, seguidos por indígenas, negros, desempregados, etc. (PESSANHA, 2020, p. 29).

Nessa esteira, é possível questionar: após três décadas de uma radicalização neoliberal, vivida em diversas dimensões na sociedade brasileira, que concepções de sociedade e indivíduos foram produzidas? Nesta reflexão, prossegue o exame de como a educação, entendida sob a perspectiva da formação humana, torna-se ação consciente do Estado na construção de uma racionalidade neoliberal para as juventudes.

### **Educação e formação humana sob a racionalidade neoliberal**

Em todas as sociedades, a educação sempre esteve presente como uma dimensão da vida humana. Educa-se e ensina-se de forma integral, no trabalho, na família, no lazer e na religiosidade, ou seja, em todos os momentos e espaços, como um exercício indissociável de preparo para a vida em comunidade. Isso significa que a prática educativa não é função restrita às instituições ou aos especialistas do ensino. Ela é, em si, uma atividade essencial ao processo de formação humana, ainda que na modernidade esta função tenha sido delegada hegemonicamente às instituições escolares. Portanto, quando se fala em educação, aborda-se como a humanidade produz a si mesma, em cada território e em cada tempo histórico. Partindo desta compreensão, surge a indagação sobre o tipo de formação humana gestada com as práticas educativas de uma sociedade neoliberal.

Na atualidade, a racionalidade neoliberal tem impactado diretamente as relações de trabalho, com políticas de flexibilização, terceirização e precarização do vínculo capital-trabalho, que geram subempregos, e, mais recentemente, com a substituição do trabalhador pelo “empreendedor” - conceito que atribui ao trabalhador a total responsabilidade pelo agenciamento de si, bem como pelo sucesso e/ou fracasso econômico. A racionalidade neoliberal da primazia da empresa privada empregou e continua a difundir “valores” como “abertura”, “adaptabilidade”, “resiliência”, “proatividade”, “dinamismo” e “flexibilização”, a fim de “aumentar a competitividade” e diminuir os “custos do trabalho”, diminuindo violentamente as parcas responsabilidades sociais, trabalhistas e ambientais do Estado. Entretanto, como apontado anteriormente, esta lógica não se restringe às relações de trabalho, mas se estendem ao campo da política educacional como um novo paradigma baseado no conceito de “capital humano”.

Na ideologia do capital humano está implícita uma concepção de formação que mascara os conflitos e as desigualdades sociais, trazendo à tona uma educação de competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores para a empregabilidade, mas, sobretudo, para a concorrência, como exemplificado pela (contra)reforma do Ensino Médio. A partir do discurso da proatividade e da liberdade individual dos estudantes para a escolha de seu itinerário formativo, esta reforma tentou introduzir, de forma autoritária, uma “flexibilidade curricular” que, na prática, representou para as escolas públicas, mais empobrecidas, a redução do ensino médio a poucas disciplinas formais (matemática e português) e a itinerários técnicos profissionalizantes. Entretanto, na maioria dos casos, nem mesmo a opção profissionalizante foi garantida, significando apenas o avanço da precarização e do empobrecimento curricular na educação das juventudes das camadas populares.

O fomento à liberalização curricular está no exato oposto à luta da pedagogia libertadora (FREIRE, 1996) pela superação da relação pedagógica baseada na passividade dos estudantes. A primeira fomenta uma atividade que busca desenvolver no aluno uma falsa sensação de estar no controle do seu destino individual, uma proatividade submissa aos desígnios de minimização dos gastos e maximização da lucratividade do capital, o que permite estabelecer um paralelo com as ideias psicanalíticas de “ideal do eu”<sup>2</sup>. Nessa concepção, o sujeito se idealiza como estando no pleno controle de seu destino e toma como referência os ideais de grandes empresários, representados pelo sucesso econômico e pela ascensão social. De tal modo, o sujeito pode deslocar a razão neoliberal para representações mais palatáveis, como a de ser um empreendedor proativo ou, em última instância, nas expressões sociopolíticas mais conservadoras, assumir a eliminação do outro como a resolução dos seus dilemas pessoais e coletivos, dando lugar a expressões protofascistas, como foi visto nos últimos anos da política brasileira sob a gestão bolsonarista.

A não realização do “ideal do eu” pode conduzir à culpabilização de si e dos outros indivíduos pelo destino individual, pela falta de “projeto de vida” e de “proatividade

---

<sup>2</sup> O conceito de “ideal do eu” é referido por Freud nas **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise (1933)** como aquela, aquele ou aquilo com que o eu se compara, ao qual ele aspira, cuja reivindicação o sujeito se esforça por satisfazer. No presente artigo nos referimos àqueles ideais socioculturais político-econômicos, ideais dominantes colocados para o eu, muitas vezes em profunda contradição com a atual existência concreta do sujeito, como em negação e repressão de seus interesses sociais de classe.

empreendedora”<sup>3</sup>. Quando a educação não é libertadora, o sujeito pode lutar por sua servidão como se fosse por sua libertação, pode lutar contra a formação crítica e a organização coletiva que vai além da atividade concorrencial, colocando-se politicamente contra os interesses de sua própria classe social. No âmbito intrasubjetivo, esse movimento de internalização da racionalidade neoliberal conduz individualmente e coletivamente a uma repressão dos valores e sentimentos comunitários, o que na prática se revela como tendência à busca de tutela e proteção (CATINI, 2021). O protagonismo e a mobilização social autônoma dão lugar ao engajamento e ao ativismo social financiado economicamente por grandes bancos, corporações, empresas e organismos internacionais, que acabam por ditar as pautas e lutas mais palatáveis socialmente.

Portanto, ao longo dessas três décadas de radicalização da racionalidade neoliberal, o que se pode observar no campo da educação e, mais diretamente, nos processos de formação escolares é uma cisão entre as práticas educativas, os sujeitos e seus territórios e comunidades, cabendo somente aos educandos e aos professores o sucesso ou fracasso do ato educativo. A racionalidade neoliberal disputa o sentido e a função social da educação por meio do discurso ideológico da qualidade da educação, realizando um verdadeiro *lobby* das políticas educacionais. Este movimento, no entanto, não é uma realidade isolada do Brasil. O que se pode perceber, é que há um padrão global de política educacional, gerenciado por organizações econômicas e financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a União Europeia (EU), etc. (FREITAS, 2018).

Sob o discurso da inovação pedagógica, as práticas educativas foram tomadas pela ideia de um “professor colaborador” que, apesar da liberdade didático-pedagógica, é

---

<sup>3</sup> A expressão “projeto de vida”, no contexto do ensino médio, refere-se a um novo componente curricular que orienta os jovens a refletirem sobre suas aspirações pessoais, acadêmicas e profissionais, ou seja, seus sonhos e perspectivas de futuro. Já a expressão “proatividade empreendedora” se refere ao desenvolvimento de competências e habilidades que incentivam os estudantes a serem proativos e a assumirem atitudes empreendedoras, buscando soluções criativas e inovadoras para problemas, tanto na escola quanto na vida pessoal e profissional (BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2024). Percebe-se em ambas as expressões a ideologia neoliberal atuante no processo formativo das juventudes, com ênfase excessiva na responsabilidade individual pelo sucesso ou fracasso, sem considerar as condições sociais e econômicas subjacentes e que, por vezes, limitam as escolhas e oportunidades das juventudes. Ademais, está implícita nesses novos componentes curriculares uma visão mercantil da educação, de acordo com a qual o valor do aprendizado é medido apenas pela sua utilidade para o sucesso econômico.

direcionado para a execução de uma prática educativa utilitarista dos conteúdos. A concepção de educar para a cidadania e para o desenvolvimento de uma compreensão crítica da realidade é substituída pela transmissão bancária dos conteúdos curriculares ou, no pior dos casos, nas escolas que atendem as juventudes pobres, reduzida à transmissão de ideologias neoliberais e outras precariedades esvaziadas de conteúdo curricular - a exemplo da inserção curricular de temas como “empregabilidade”, “competências socioemocionais”, “projeto e propósito de vida”, dentre outros itinerários empreendedores. Na prática, isso significa privar as juventudes do direito de acesso, apropriação e ressignificação do patrimônio cultural dos conhecimentos científicos, populares, filosóficos e artísticos construídos ao longo da história humana.

O resultado é o cultivo de uma subjetividade individualista, que encarna o esforço, a dedicação e a competição generalizada consigo e com o outro como projeto de vida. Neste contexto, as práticas educativas rompem com o horizonte da formação de sujeitos de direitos para formar indivíduos “gestores de capital pessoal”, educados para o consenso social (LAVAL, 2019, p. 251). Em termos pragmáticos, a educação neoliberal, além de empobrecer o papel do professor, também precariza e flexibiliza os direitos dos trabalhadores da educação. A escola é tomada pela lógica da gestão empresarial, assumindo como métricas do sucesso escolar os parâmetros de eficiência e qualidade.

No campo da política educacional, os processos de “mercadorização” e “mercantilização” da educação acontecem por diversas vias. É possível observar a mercadorização da educação no Brasil com a rápida expansão de empresas de capital aberto na educação, como a Kroton Educacional S.A., a Ânima Holding S.A., a Bahema Educação S.A., dentre outras S.A.'s, assim como pela implementação do sistema de *vouchers*, como vem acontecendo na educação infantil de muitas cidades, e pela implementação de políticas educacionais como o FIES e o ProUni, que subsidiam a educação privada com recursos públicos. Já a mercantilização da educação ocorre por meio das parcerias entre o Estado e fundações privadas, ONGs, instituições filantrópicas, dentre outras organizações, (Fundação Lemann, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Instituto Ayrton Senna, Votorantim, Todos Pela Educação) que representam os interesses do mercado financeiro e do empresariado na educação (CATINI, 2021).

Estas parcerias não transformam de forma explícita a educação em uma mercadoria, mas programam mudanças radicais no funcionamento do sistema público escolar, promovendo uma verdadeira reforma empresarial da educação. Nessa nova dinâmica, o sentido público e comum da educação como um direito é alterado de forma gradativa para o sentido de mercadoria, transformando pais e alunos em consumidores de serviços educacionais. A reforma empresarial da educação estabelece uma noção de corresponsabilidade entre Estado, iniciativa privada e terceiro setor, aliada a uma concepção renovada de “voluntariado” e “responsabilidade social” das empresas, introduzindo os pressupostos educacionais do empresariado na formação dos professores e dos estudantes (MARTINS, 2016).

Portanto, quando se retorna à pergunta inicial deste artigo, o qual propõe o desafio de compreender, sob a ótica da educação, quais concepções de indivíduo e de sociedade são gestadas na racionalidade neoliberal, seria plausível concluir que não há caminhos para a superação da realidade presente, pois, após três décadas de neoliberalismo pleno, o que se vê saltar aos olhos é o vazio da existência humana parindo sujeitos que internalizam suas vidas como as de uma empresa, sempre em concorrência com as demais vidas na busca do sucesso individual. Mas, ainda que essa seja uma parte considerável da nossa realidade social, ela não é única. Todos os dias, pequenos e grandiosos lampejos de resistências são construídos por educadores e educandos como sinônimos da existência humana. Ainda (r)existem muitos educadores que, apesar da dureza cotidiana, ensinam “a ler o mundo para ler a palavra”, caso contrário, não teria acontecido a onda de manifestações e ocupações de escolas e universidades, protagonizada pelas juventudes de todo o país em 2016, como forma de enfrentamento às políticas de neoliberalização dos direitos sociais (Reforma do EM e PEC dos Gastos) (FREIRE, 2011, p. 07).

Diferentemente das leituras deterministas da realidade social, entende-se que é necessário compreender o mundo para modificá-lo (MARX, 2007). É, portanto, urgente que se caminhe na contramão da radicalização neoliberal, assumindo como desafio do tempo histórico presente a ressignificação do lugar da educação e da função social da escola, recriando uma educação para a cooperação e para a formação humana omnilateral. Uma educação que recoloca no centro da atividade formativa a relação trabalho-natureza-sociedade, superando a lógica alienante e desumanizadora do capital (MÉSZÁROS, 2005). Para

além da cidadania, é preciso construir práticas educativas emancipatórias. A escola deve ser parte da vida social que acontece ao redor, como continuidade e ruptura, em diferentes tempos e espaços, conectando territórios, sujeitos, práticas sociais e natureza.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste artigo, foram exploradas as formas como a racionalidade neoliberal tem moldado as políticas educacionais e os processos de formação humana na contemporaneidade. Com base em uma abordagem teórica fundamentada no campo teórico do marxismo e educação, buscou-se mostrar que o neoliberalismo vai além de um conjunto de políticas econômicas, manifestando-se como uma racionalidade que permeia todos os aspectos da vida social. Esse processo tem resultado na predominância de uma subjetividade individualista e competitiva na educação, deslocando o foco da cooperação e do desenvolvimento integral para a preparação de indivíduos que competem incessantemente tanto consigo mesmos quanto com os outros.

Sobre a racionalidade neoliberal, a educação torna-se um campo no qual prevalece a lógica mercantil da formação humana e das práticas educativas. Analisando casos da América Latina, especialmente do Brasil e do Chile, ficou evidenciado como as políticas neoliberais têm sido implementadas de maneira desigual e combinada, resultando no agravamento das desigualdades sociais e econômicas, acentuadas por uma subjetividade egocêntrica, que busca no sucesso individual e a na supressão do outro a resolução de problemas estruturais.

Nesse cenário, é imperativo ressignificar o papel da educação na sociedade contemporânea. Faz-se necessário promover uma educação que resgate sua função social, focando na formação integral do ser humano e na preparação para a vida em comunidade. Essa transformação exige um compromisso coletivo para criar políticas educacionais que valorizem a cooperação, a solidariedade e o desenvolvimento humano integral.



## REFERÊNCIAS

- CATINI, Carolina de Roig. A educação bancária, “com um Itaú de vantagens”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p. 90-118, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43748>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1933-1976. 24v. v. 20
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- NANCY, Jean-Luc. **Comunovírus**. *In*: PELBART, Peter Pál (Org.). **Pandemia crítica: Outono 2020**. São Paulo, Edições Sesc São Paulo; N-1 Edições, 2021.
- PESSANHA, Pedro H. C. Reagindo para respirar e se reorganizar. *In*: SAWAIA, Bader *et al* (Org.). **Expressões da Pandemia**. v. 7. São Paulo: PUC-SP, 2021. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/nexin/livros/e-book-expressoos-da-pandemia-2-fase.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- ROJAS VILLAGRA, Luis. Presentación. *In*: ROJAS VILLAGRA, Luis (Org.). **Neoliberalismo en América Latina: Crisis, tendencias y alternativas**. Assunção: CLACSO, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20151203044203/Neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. 2. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- SVMPA, Maristella. **Debates Latino-americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo**. Trad. Joana Salém Vasconcelos. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

**Recebido em:** *Março/2024.*

**Aprovado em:** *Julho/2024.*